

Legislar melhor: dar prioridade ao que é importante

Maio
de 2019

PARA UMA UNIÃO MAIS UNIDA, MAIS FORTE E MAIS DEMOCRÁTICA



«Sim, sou defensor de uma Europa mais forte nalguns domínios. Mas não defendo mais Europa só por defender. Defendo uma Europa melhor. Uma Europa que seja grande nas grandes questões e pequena nas pequenas coisas. Quando assumir a presidência da Comissão é precisamente o que pretendo fazer. Iremos deixar de regulamentar ao mais ínfimo pormenor todos os aspetos da vida quotidiana dos nossos cidadãos.»

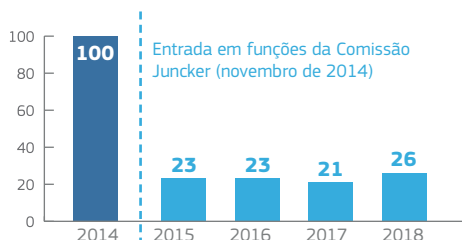
Jean-Claude Juncker, então candidato à presidência da Comissão Europeia, Atenas, 19 de maio de 2014

**INTERVIR SÓ QUANDO A EUROPA REPRESENTA UM VALOR ACRESCENTADO:
75 % DE INICIATIVAS A MENOS POR ANO**

Os cidadãos não querem uma Europa que interfere em todos os aspetos da sua vida quotidiana. Por esta razão a **Comissão Juncker** não regula o tamanho das latas de óleo ou o formato dos chuveiros, **concentrando-se antes naquilo que podemos fazer melhor em conjunto do que separadamente**, como, por exemplo, enfrentar a crise dos refugiados, garantir a segurança das fronteiras externas ou liderar a luta contra as alterações climáticas.

A Comissão Juncker tem centrado a sua ação num núcleo de dez prioridades políticas, **intervindo apenas nos aspetos em que a UE representa um valor acrescentado, deixando as restantes questões para as autoridades nacionais e locais.**

INICIATIVAS PRIORITÁRIAS



PROPOSTAS DE REVOGAÇÃO



LEGISLAÇÃO PARA REVOGAÇÃO



INICIATIVAS PARA A SIMPLIFICAÇÃO REGULAMENTAR



PRODUZIR RESULTADOS MAIS EFICIENTES: TODAS AS PROPOSTAS PREVISTAS JÁ APRESENTADAS

Obter resultados onde eles são mais necessários implica que as instituições da UE colaborem estreitamente.

Com um presidente eleito simultaneamente pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho Europeu, com base num mandato popular, **a Comissão colabora com os legisladores bem mais eficazmente do que no passado.**

O acordo entre as três instituições sobre as propostas que careciam de tratamento prioritário no processo legislativo permitiu que fossem apresentadas e adotadas mais rapidamente do que antes.

No verão de 2018, a Comissão Juncker tinha apresentado todas as propostas legislativas que se tinha comprometido a elaborar no início do seu mandato. No total, a Comissão apresentou **471** novas propostas legislativas e transitou mais de 44 propostas apresentadas por Comissões anteriores, das quais **348** foram adotadas ou acordadas pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho. De salientar que, em cerca de 90 % dos casos, o compromisso final foi aprovado por consenso no Conselho de Ministros sendo, por conseguinte, apoiado pelos 28 Estados-Membros.

Em cerca de **90 % das propostas aprovadas**, o compromisso final foi aprovado por consenso no Conselho.

LEGISLAR COM BASE EM DADOS CONCRETOS: RECONHECIMENTO INTERNACIONAL

A Comissão Juncker comprometeu-se a agir apenas quando a UE acrescenta valor. O recente balanço mostrou que os nossos esforços para melhorar a regulamentação no centro do processo de decisão foram bem sucedidos. Estes esforços foram reconhecidos internacionalmente pela OCDE, que qualificou a política regulamentar da UE como uma das melhores em 2018. Este êxito deve ser consolidado e sustentado.

LEGISLAR AO NÍVEL ADEQUADO

Tal como referido no Livro Branco sobre o futuro da Europa, tomar as decisões ao nível mais apropriado significa, por exemplo, que, graças às reformas da Comissão Europeia, **96 % das decisões relativas aos auxílios estatais estão agora nas mãos das autoridades nacionais em vez das autoridades europeias**. Trata-se de um aumento de 28 pontos percentuais em relação a 2013.

96 % das decisões relativas a auxílios estatais são geridas diretamente a nível nacional.

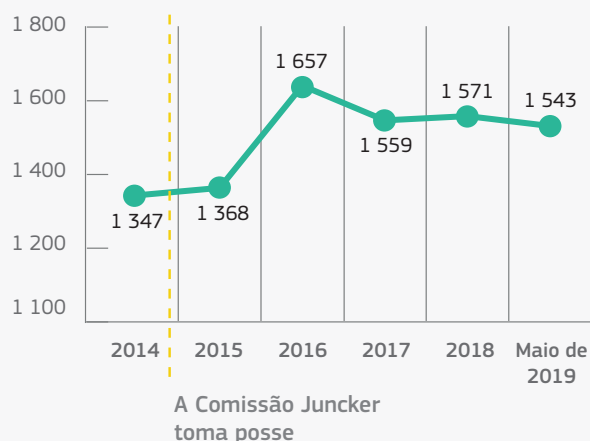
O Presidente Juncker criou um **grupo de trabalho** específico para ajudar a Comissão a agir sobre as «grandes questões» e onde pode efetivamente obter melhores resultados do que uma ação isolada dos Estados-Membros. Em 2018, o grupo de trabalho analisou «**Fazer menos com maior eficiência**» e apresentou ao Presidente Juncker recomendações sobre a melhor forma de envolver as autoridades locais, regionais e nacionais na elaboração das políticas da UE. Com base nas recomendações, a Comissão apresentou, em outubro de 2018, o caminho a seguir para reforçar os **princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade** a fim de assegurar que as prioridades políticas são concretizadas de forma mais eficiente.

APLICAR CORRETAMENTE O DIREITO DA UE

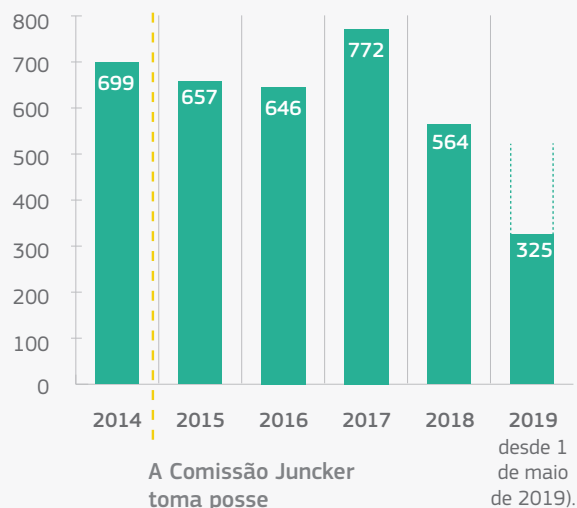
A legislação não tem qualquer valor para os cidadãos ou as empresas se não for corretamente aplicada ou cumprida. Por isso a Comissão intensificou os seus esforços tanto para a abertura como para o encerramento de processos por infração nos casos em que o direito da UE não é aplicado. A fim de aumentar a eficácia da execução, a Comissão optou por uma política de definição mais clara das prioridades. Existem em todos os Estados-Membros mais de 1.500 processos pendentes, que a Comissão está a tentar resolver a todo o custo, se possível sem ter de os enviar para tribunal.

Desde a sua tomada de posse em novembro de 2014, a Comissão Juncker encerrou mais de 500 processos por ano, sem que tivesse sido necessário recorrer ao tribunal, o que demonstra a sua capacidade de colaborar eficazmente com as autoridades nacionais.

Processos por infração pendentes entre o final de 2014 e 1 de maio de 2019



Processos por infração encerrados antes de serem submetidos ao Tribunal de Justiça





Serviço das Publicações
da União Europeia

Print ISBN 978-92-76-07135-8
PDF ISBN 978-92-76-07115-0

doi:10.2775/406801
doi:10.2775/021610

NA-01-19-402-PT-C
NA-01-19-402-PT-N